

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	9
APRESENTAÇÃO.....	11
NOTA À 2.ª EDIÇÃO	13

1.ª PARTE TEORIA GERAL DOS RECURSOS

1. PERFIL DO DIREITO DE RECORRER.....	25
1.1. Os recursos no quadro geral dos remédios processuais	25
1.2. Recursos e ações autônomas de impugnação: aproximações e distinções.....	27
1.3. O direito de recorrer e o direito de ação	29
1.4. Fundamentos do direito de recorrer.....	30
1.5. <i>Ius constitutionis</i> e <i>ius litigatoris</i> : sobre as finalidades pública e privada dos tribunais e a formação de precedentes.....	33
2. ATOS, PRONUNCIAMENTOS E DECISÕES JUDICIAIS: O QUE É RECORRÍVEL?	43
2.1. Visão geral	43
2.2. Distinção entre sentença e decisão interlocutória. Dificuldades.....	43
2.3. Acórdãos e pronunciamentos monocráticos nos tribunais	47
2.4. Decisões e despachos.....	47
3. PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DOS RECURSOS	51
3.1. Natureza dos princípios	51
3.2. Duplo grau de jurisdição.....	51
3.3. Colegialidade	52
3.4. Taxatividade	54
3.5. Singularidade recursal (unicidade ou unirrecorribilidade).....	55
3.6. Fungibilidade. Instrumentalidade recursal	56
3.7. Irrecorribilidade em separado das decisões interlocutórias	60

4. JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE E JUÍZO DE MÉRITO DOS RECURSOS	65
4.1. Noções introdutórias.....	65
4.2. Competência.....	66
4.3. Requisitos recursais.....	68
4.3.1. Tipologia. Saneabilidade, em caso de ausência ou incompletude.....	68
4.3.2. Cabimento.....	68
4.3.3. Legitimidade e interesse em recorrer.....	71
4.3.4. Renúncia ao direito de recorrer, aceitação expressa ou tácita da decisão e desistência do recurso.....	76
4.3.5. Tempestividade.....	80
4.3.6. Regularidade formal.....	87
4.3.7. Preparo.....	89
4.4. Juízo de mérito dos recursos. Vícios de atividade e de juízo. Reforma, anulação e integração da decisão recorrida.....	93
4.5. Juízo de admissibilidade e de mérito do recurso interposto adesivamente.....	95
4.6. Juízo de retratação.....	98
5. EFEITOS DOS RECURSOS	99
5.1. Efeitos devolutivo e translativo. <i>Reformatio in pejus</i> . Sucumbência recursal e honorários advocatícios.....	99
5.2. Efeito substitutivo.....	108
5.3. Efeito expansivo (ou extensivo) subjetivo ou objetivo (interno ou externo).....	109
5.4. Efeito suspensivo e antecipação dos efeitos da tutela recursal. Tutela provisória (de urgência e de evidência) em sede recursal.....	110
6. PROCESSAMENTO E JULGAMENTO DOS RECURSOS NOS TRIBUNAIS. ASPECTOS COMUNS	119
6.1. Poderes do relator.....	119
6.2. Atos preparatórios e etapa inicial do julgamento pelo órgão colegiado.....	124
6.2.1. Apresentação do voto pelo relator.....	124
6.2.2. Designação de dia de julgamento pelo presidente e publicação da pauta.....	124
6.2.3. Ordem de preferência dos julgamentos.....	126

6.3.	Dinâmica do julgamento em órgão colegiado	126
6.3.1.	Julgamento colegiado e modelos de deliberação. Manifestação pela corte (<i>per curiam</i>) ou soma de opiniões (<i>seriatim</i>)	126
6.3.2.	Surgimentos de questões prévias (preliminares e prejudiciais) e de fato superveniente. Julgamento concomitante de agravo de instrumento e de apelação	128
6.3.3.	Sustentação oral	130
6.3.4.	Pedido de vista	132
6.3.5.	Prolação dos votos. Retificação. Votos concordantes e divergentes. Decisão unânime ou por maioria. Divergências qualitativas ou quantitativas entre os votos	133
6.3.6.	Julgamento não unânime e ampliação do <i>quorum</i>	136
6.4.	Julgamento por meio eletrônico. Sessão “virtual” (ou “eletrônica”)	139
6.5.	Incidente de arguição de inconstitucionalidade	140
6.5.1.	Cláusula de reserva de plenário	140
6.5.2.	Aspectos procedimentais	141
6.5.3.	Julgamento do incidente de arguição de inconstitucionalidade	145
6.6.	Outros aspectos procedimentais	146
6.6.1.	Registro e distribuição	146
6.6.2.	Lavratura do acórdão e publicação da ementa	147
6.6.3.	Trânsito em julgado e baixa dos autos	148

2.^a PARTE

RECURSOS EM ESPÉCIE E SUCEDÂNEOS RECURSAIS

7.	APELAÇÃO	151
7.1.	Apelação e agravo de instrumento: aproximações e distinções	151
7.2.	Cabimento de apelação contra sentença	152
7.3.	Cabimento de apelação contra decisão interlocutória	154
7.4.	Forma	158
7.5.	Procedimento em 1º grau de jurisdição	159
7.6.	Atividades do relator	161
7.7.	Efeito suspensivo ou antecipação dos efeitos da tutela. Tutela provisória	162
7.8.	Julgamento da apelação. Amplitude do efeito devolutivo	164

8. AGRAVO DE INSTRUMENTO	171
8.1. Cabimento: taxatividade mitigada.....	171
8.2. Forma.....	178
8.3. Processamento, efeitos e julgamento do agravo de instrumento.....	182
9. AGRAVO INTERNO.....	185
9.1. Natureza e cabimento.....	185
9.2. Aspectos procedimentais.....	186
9.3. Agravo interno manifestamente inadmissível ou “improcedente”. Fixação de multa	188
10. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO	191
10.1. Natureza, objeto e conteúdo	191
10.2. Interrupção do prazo para interposição de outros recursos	195
10.3. Efeito suspensivo	196
10.4. Possíveis efeitos infringentes e contraditório	196
10.5. Processamento e julgamento.....	197
10.6. Embargos de declaração protelatórios	198
10.7. Embargos de declaração e prequestionamento	199
11. RECURSO ORDINÁRIO	201
11.1. Cabimento.....	201
11.2. Efeitos.....	202
11.3. Processamento	203
12. RECURSOS EXTRAORDINÁRIO E ESPECIAL	205
12.1. Funções do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça. Finalidades dos recursos extraordinário e especial	205
12.2. Objeto e conteúdo. A repercussão geral da questão federal constitu- cional para o recurso extraordinário e a relevância da questão federal infraconstitucional para o recurso especial	206
12.3. Fundamentos	207
12.3.1. Rigor quanto à regularidade formal	207
12.3.2. Decisão final sobre questão federal de direito constitucional ou infraconstitucional. Configuração do prequestionamen- to, à luz do Código de Processo Civil de 2015.....	208
12.3.3. Pquestionamento ficto, embargos de declaração “preques- tionadores” e aplicação do art. 1.025 do CPC de 2015.....	212
12.3.4. Demonstração da divergência jurisprudencial e recurso especial	217

12.3.5.	Requerimento de reforma, invalidação ou integração da decisão recorrida	218
12.4.	Processamento dos recursos, no tribunal local	218
12.5.	Processamento dos recursos, nos tribunais superiores	227
12.5.1.	Trâmite subsequente à interposição simultânea de recursos extraordinário e especial.....	227
12.5.2.	Recebimento de recurso extraordinário como recurso especial, e vice-versa. Fungibilidade entre recursos extraordinário e especial e cooperação entre STF e STJ para a definição da natureza da matéria (se federal constitucional ou federal infraconstitucional)	228
12.5.3.	Competência para decidir sobre a concessão de efeito suspensivo.....	233
12.6.	Juízos de admissibilidade e de mérito.....	236
12.6.1.	Distinção. A evolução da jurisprudência, a respeito.....	236
12.6.2.	Fundamentação da decisão que não admite recurso especial, por ausência de dissídio jurisprudencial.....	237
12.6.3.	Juízo de mérito bifásico.....	237
12.7.	Efeitos devolutivo e translativo	239
13.	AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL E EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO.....	247
14.	EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA	251
14.1.	Função e cabimento.....	251
14.2.	Demonstração da divergência.....	252
14.3.	Processamento e julgamento.....	253
15.	SUCEDÂNEOS RECURSAIS	255
15.1.	Noções gerais.....	255
15.2.	Remessa necessária.....	255
15.3.	Mandado de segurança contra ato judicial	258
15.4.	Particularmente o mandado de segurança contra interlocutórias não imediatamente recorríveis	260
15.5.	Pedido de reconsideração	264
15.6.	Correição parcial	265
15.7.	Suspensão de liminar e de sentença contra o Poder Público.....	265

3.^a PARTE PRECEDENTES

16. SISTEMA BRASILEIRO DE PRECEDENTES.....	269
16.1. Distinção entre entendimento firmado em precedente, jurisprudência e súmula	269
16.2. As bases brasileiras e a influência do direito estrangeiro.....	274
16.3. <i>Stare decisis</i> e <i>civil law</i>	277
16.4. Entre a jurisprudência íntegra e o modelo precedentalista	279
16.5. Enunciados de súmula da jurisprudência. Súmulas em geral (persuasivas) e vinculantes	282
16.6. Em busca de um sentido, de acordo com a lei brasileira. Precedente em sentido substancial e em sentido formal. Os precedentes “qualificados”	284
16.7. Algumas notas, a partir da experiência da doutrina e da jurisprudência do <i>common law</i> . Concepção adequada ao CPC de 2015.....	286
16.8. Decisões que podem ser consideradas precedentes. Precedente vinculante e persuasivo, no <i>common law</i> e no direito brasileiro.....	289
16.9. Precedente “cria” direito, ou apenas o “declara”?	292
16.10. Dificuldades na fixação de precedentes, frente a textos com conteúdo vago ou indeterminado, aplicáveis a problemas sociais variáveis.....	293
16.11. Fixação de entendimentos em jurisprudência, súmula ou precedente e sua observância	293
16.11.1. Aplicação e distinção do entendimento firmado	293
16.11.2. Superação de entendimento firmado	294
16.11.3. Modulação de efeitos de alteração de entendimento firmado	297
16.12. Pronunciamentos “vinculantes”, à luz do direito brasileiro. Sentido da expressão “vinculante”. Órgãos que podem emitir pronunciamento de tal natureza	302
16.13. O que vincula? Fundamentos determinantes, tese jurídica, padrão decisório, <i>ratio decidendi</i>	305
16.14. Instrumentos dedicados à construção e manutenção da jurisprudência íntegra. Julgamentos de casos repetitivos e incidente de assunção de competência: fungibilidade?.....	306
17. TESE FIRMADA EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM REPERCUSSÃO GERAL DA QUESTÃO FEDERAL CONSTITUCIONAL	311

17.1.	O impacto da repercussão geral na evolução do papel do Supremo Tribunal Federal. Em particular a fixação da tendência de objetivação do processo constitucional (<i>Objektives Verfahren</i>) e de aproximação entre os controles difuso e concentrado	311
17.2.	Os planos em que opera a repercussão geral: de mecanismo de restrição a veículo de transposição. Paralelos entre a repercussão geral da questão federal constitucional para o recurso extraordinário e a relevância da questão federal infraconstitucional para o recurso especial.....	315
17.3.	Configuração da repercussão geral da questão federal constitucional.....	317
17.4.	Deliberação sobre a presença da repercussão geral.....	320
17.5.	Negativa de repercussão geral apenas para o caso concreto.....	321
17.6.	Reconhecimento da repercussão geral e sobrestamento de processos pendentes.....	323
17.7.	Equiparação dos efeitos da ausência de repercussão geral e da ausência de questão constitucional.....	324
18.	TESE FIRMADA EM RECURSO ESPECIAL COM RELEVÂNCIA DA QUESTÃO FEDERAL INFRACONSTITUCIONAL.....	325
18.1.	A reforma da Emenda Constitucional 125/2022: um novo recurso especial.....	325
18.2.	Relevância da questão infraconstitucional para o recurso especial (art. 105, §§ 2º e 3º, da CF) e repercussão geral da questão constitucional para o recurso extraordinário (art. 102, § 3º, da CF): aproximações e distinções. A relevância como mecanismo de restrição ou veículo de transposição do recurso especial.....	326
18.3.	Tipologia da relevância da questão federal, à luz do texto constitucional.....	329
18.3.1.	Visão geral	329
18.3.2.	Hipóteses constitucionais explícitas de relevância da questão, em razão da matéria e em razão do valor da causa	329
18.3.3.	Hipótese constitucional explícita de relevância da questão, por contrariedade à jurisprudência dominante do STJ. Tutela das funções nomofilática e paradigmática do Tribunal	331
18.3.4.	Hipótese constitucional implícita de relevância. Divergência jurisprudencial (art. 105, III, c, da CF). Tutela da função uniformizadora do STJ	332
18.4.	A disciplina infraconstitucional da relevância. Princípios a serem observados.....	333

18.5. As questões substancialmente federais.....	338
18.6. O Superior Tribunal de Justiça que surgirá com o novo recurso especial. Impactos no modelo federativo brasileiro	341
19. TESE FIRMADA EM JULGAMENTO DE RECURSOS EXTRAORDINÁRIO E ESPECIAL REPETITIVOS	345
19.1. Visão geral	345
19.2. Seleção dos recursos e afetação	346
19.3. Sobrestamento de processos que versam sobre a mesma questão de direito.....	348
19.4. Julgamento dos recursos selecionados e fixação da tese.....	350
19.5. Observância da tese firmada pelos juízos inferiores.....	352
20. TESE FIRMADA EM INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS	355
20.1. Natureza. Causa-piloto ou procedimento-modelo?	355
20.2. Objeto e conteúdo do incidente de resolução de demandas repetitivas.....	357
20.3. Processamento do incidente de resolução de demandas repetitivas....	360
20.4. Definição, aplicação e revisão da tese firmada	365
21. TESE FIRMADA EM INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA	367
21.1. Função do incidente de assunção de competência.....	367
21.2. Processamento do incidente de assunção de competência	368
21.3. Incidente de assunção de competência e julgamento de casos repetitivos. Aproximações e distinções. Fungibilidade	368
22. RECLAMAÇÃO, CONTROLE DA APLICAÇÃO E REVISÃO DE PRECEDENTES	373
22.1. Raiz constitucional e disciplina processual da reclamação	373
22.2. Cabimento da reclamação quando não observada tese firmada em recurso extraordinário com repercussão geral reconhecida, julgamentos de casos repetitivos e incidente de assunção de competência	374
22.3. Violação positiva ou negativa a tese firmada em precedente	378
22.4. A reclamação como instrumento para superação, evolução e aprimoramento de precedentes	379
22.5. Processamento e julgamento da reclamação	383
BIBLIOGRAFIA	385